

A LINEARIDADE E A ORDEM SEQUENCIAL COMO FORMANTES DE REPRESENTAÇÃO

*Maria do Espírito Santo Brito **

Resumo

Este artigo analisa alguns aspectos da linearidade do discurso/texto, principalmente da ordem sequencial, a fim de verificar como estes dois elementos participam da organização do conteúdo da representação discursiva, considerando a relação linguagem-conceitualização, verificável nas bases cognitivas das categorias funcionais.

* Universidade Federal da Paraíba

Palavras-chave: linearidade – ordem – representação.

No contexto teórico da ciência cognitiva e da filosofia da mente, representação significa alguma coisa que pode ser semanticamente avaliável e entre as suas formas mais comuns está a linguagem, uma representação conceptual construída a partir de processos cognitivos aplicáveis a ocasiões reais de uso.

A representação compreende três aspectos: conteúdo, organização e formato. O conteúdo é a base primária para se avaliar um sistema de representação; é o que assegura sua adequação semântica (CUMMINS, 1993). Dentro da noção de cálculo semântico, um enunciado tem uma proposição ou uma condição de verdade como seu conteúdo; um termo tem um conceito como seu conteúdo. O conteúdo, uma vez atualizado, vai compor a representação significativa da língua. Considerando a linguagem uma forma de cognição, a linguística cognitiva atribui um interesse especial à significação, ao modo como os humanos compreendem e conceptualizam o mundo, ou seja, como produzem e representam a significação e a relacionam à superfície linguística, mediante o que produzem categorias conceituais (NUYTS, 2005). No contexto de uma teoria usage-based (LANGACKER, 1987), portanto, a significação é uma função da linguagem em uso, uma característica de um processo de construção e indica o papel ativo do significado na estruturação da interação entre o falante e o contexto, de modo a definir a subjetividade daquele falante na situação e o seu posicionamento em relação a certos discursos

implícitos nesta subjetividade. Igualmente simbólica, a gramática, assim como o léxico, representa e integra a cognição humana, que se projeta na categorização (um meio de representar a classificação da significação) e nas relações de significação.

Organização e formato dão conta do modo como os processos podem codificar, comparar e transformar a informação. A organização compreende o modo em que as unidades de um sistema de representação se relacionam entre si, embora muitas informações possam ser representadas indiretamente, segundo o modo em que as unidades locais são organizadas ou relacionadas, o que se dá em função da coerência. Há dois tipos de organização (BILLMAN, 1999, p. 653): a) a organização por acesso, fundamentada na maneira como o conhecimento é organizado, de modo que uma porção do conhecimento engatilha o acesso à outra, como a memória autobiográfica, que não se organiza sequencialmente, mas tem forte estrutura temática, mais do que uma simples ordem temporal; b) e a organização por inferência, que tem mais a ver com a organização ou estruturas de crenças, por exemplo: inferências sobre a propagação da gripe suína são influenciadas por esquemas causais sobre infecção e contágio. Quanto ao formato da representação, consiste no sistema de convenções para expressar o conteúdo. O formato simbólico da língua se estrutura na relação entre dois pólos: o fonológico e o semântico:





“A associação simbólica entre uma estrutura ou unidade semântica e uma fonológica pode também ganhar status de unidade. O resultado é uma unidade simbólica, o constructo colocado na gramática cognitiva para a representação da estrutura tanto lexical como gramatical”. (LANGACKER, 1987, p. 58).

O formato proposicional, por sua vez, é uma discreta linguagem do pensamento a partir de que as proposições são construídas e ocupa um espaço no interior do formato hierárquico maior do discurso/texto.

Representação e processamento são ideias fundamentais na ciência cognitiva. As representações são feixes de informações em que os processos operam e os processos consistem no uso dinâmico das informações. Representação faz referência à informação calculável para o uso e inclui idéias, imagens, crenças, que preenchem pensamentos e sensações e que podem estar fora da consciência do indivíduo. A noção de representação pressupõe a de cognição. A cognição resulta da conexão entre percepção e ação, conexão esta que depende de representar e operar informações. Desde que só coisas com conteúdo podem ser epistemicamente calculáveis, processos aparecem para descrever como o cognitivo implica representações. Os processos cognitivos, como a percepção e a atenção, codificam a informação do mundo, (são processos que manipulam representações) criando ou mudando nossas representações, enquanto que os processos de raciocínio e decisão operam sobre as representações para formar novas crenças. Enquanto os processos fazem referência ao uso dinâmico da informação, como foi dito, a representação faz referência à informação adequada para o uso.

Na tentativa de explicar o contraste entre representação e processamento, a linguística cognitiva procura descrever a correspondência entre representação e a coisa representada, já que todos os sistemas de representação envolvem a relação entre o mundo representante, que consiste num sistema para preservar alguma informação do mundo representado, e o mundo representado, que fornece o conteúdo para as representações (PALMER, 1978). A

representação mental de um evento não contém a mesma informação que o evento em si. Por exemplo: duas pessoas recordam um mesmo passado e descobrem que suas memórias são diferentes. Se cada representação mental se reportasse à mesma informação, como o próprio evento, então as duas representações mentais de um dado evento seriam iguais. Mesmo a percepção mais simples não é igual ao estímulo que a gerou, pois ela seleciona, organiza e, às vezes, distorce a informação do mundo percebido.

A antropologia cognitiva estuda os sistemas externos de representação como produtos importantes de uma cultura, mas o foco da ciência cognitiva é a representação mental que, na descrição dos sistemas de representação, preenche os pensamentos, objetivos e planos. A representação mental não pode ser observada diretamente e sua natureza é inferida da observação da informação. Compreende não só os sistemas externos, aqueles que representam informações sobre o mundo externo, (de que o sistema lingüístico faz parte, ao lado da pintura, escultura, mapas, gráficos, gestos, etc.), como também os sistemas internos de informação usados na percepção, linguagem, solução de problemas e outros estados representacionais compostos de conceitos, originando a representação conceitual. Em ambos os casos, os sistemas se caracterizam por serem partes do sistema cognitivo das pessoas.

No estudo contemporâneo da mente tem-se dado bastante atenção às representações, especialmente à linguagem como sistema de símbolos, os quais, livres como são dos condicionamentos físicos, exibem intencionalidade, ou seja, implicam relação com a mente. A ideia de mente como construção social pressupõe que os conceitos surgem a partir do discurso e moldam o pensamento, pois a mente se manifesta em termos de conceitos e o modo como isso ocorre é produto dos conceitos disponíveis no discurso. O discurso envolve as interações simbólicas e as convenções nas quais essas interações são limitadas por regras informais e interconectadas, de modo a refletir a ordem das coisas. Convém lembrar que a noção básica de representação implica substituição de alguma coisa, ser sobre alguma coisa,



referência ou denotação, simbolização de alguma coisa e é isto que distingue os itens de representação de outros objetos ou eventos. Quando se trata da linguagem, ocorre que o mundo representante é um discurso/texto (manifestação de pensamentos, os quais são formados por conceitos) e tem o sistema para interpretá-lo, enquanto que o mundo representado é alguma combinação de estados de coisas do mundo (para a qual o falante deseja chamar a atenção), aspectos das crenças e intenções do falante/escritor.

Reconhecer que sistemas representacionais têm função em nossas atividades cognitivas ocasiona pressuposições filosóficas sobre o estudo da mente, como: a) considerar a significância da linguagem ou sistemas sintáticos de representação como marca do mental; b) identificar estados informacionais ou significativos com a sequência de atitudes proposicionais; c) passar a idéia de que todo pensamento pode ser expresso pela linguagem; d) passar a idéia de que toda descrição composicional da estrutura da linguagem fornece o único modelo de que dispomos para a natureza criativa ou produtiva dos sistemas representacionais em geral; e) construir todas as transições cognitivas entre representações como ocorre nos casos de inferência (baseados em forma sintática ou lógica) (SCHWARTZ, 1995).

A internalização dos símbolos transforma a natureza das representações cognitivas dos indivíduos, uma vez que as representações simbólicas que o indivíduo adquire nas interações sociais são específicas por serem: a) subjetivas, uma vez que o símbolo tem uma função interpessoal, considerando-se que o uso de símbolos linguísticos subsume a manipulação do interesse e da atenção de outro agente intencional com quem se interage subjetivamente e a linguagem é uma forma de cognição condicionada para fins de comunicação interpessoal (LANGACKER, 1987); b) perspectivas, pois cada símbolo apreende uma maneira peculiar de ver algum fenômeno, o que influencia a categorização. Segundo esta característica, cada evento discursivo é diferente, já que o falante escolhe meios simbólicos de expressão adaptados ao contexto comunicativo específico, incluindo os conhecimentos, as expectativas e a

perspectiva do interlocutor numa situação particular.

As construções linguísticas são também tipos especiais de símbolos, cuja apreensão orienta os falantes para determinados aspectos da sua experiência, como analisar o mundo em eventos e participantes, perceber eventos complexos a partir de perspectivas diversas e criar construções abstratas, de modo que a aquisição da linguagem leva os indivíduos a conceituar, categorizar e esquematizar eventos de maneira bem mais complexa. O significado dos símbolos é uma função do seu uso no discurso.

É de interesse da linguística cognitiva o desenvolvimento de teorias integradas de estruturas e processos da linguagem, admitindo que estes deveriam ser tratados em relação (relação entre linguagem e conceptualização) (PEDERSON & NUYTS, 1997), a fim de efetivar a coerência relacional do discurso/texto, segundo a qual os usuários da linguagem conectam segmentos discursivos por inferir algum tipo de relação de coerência. É a coerência resultante da relação adequada da expressão linguagem-conceptualização? Para desenvolver este aspecto, é necessário considerar a linguagem um instrumento do pensamento; considerá-los como duas entidades separadas e ligadas somente pelos sistemas de mapeamento, capazes de passar a informação de um formato para outro. Uma característica da teoria da relação conceptual indica como as relações do discurso manifestam-se formalmente na superfície do texto, particularmente na forma da sentença e na conjunção de orações. As relações discursivas são relações de significação que conectam dois segmentos e podem ser indicadas por marcadores linguísticos, como os conectivos entre orações ou sentenças.

As relações coesivas entre as sentenças e entre as sequências de sentenças constituem apenas um dos aspectos da função textual (HALLIDAY, 1985, p. 57-61), a qual capacita o falante/escritor a construir textos ou passagens encadeadas do discurso que sejam situacionalmente coerentes. Cognitivamente, um texto coerente deve ter o propósito de efetivar uma representação cognitiva coerente. A coerência de um texto/discurso resulta, no todo ou em parte, de relações apropriadas entre suas sentenças e



orações constituintes, além de adequada correspondência conceptual. É constituída por relações representacionais construídas pelas indicações coesivas do texto.

O encadeamento linguístico tem como suporte a extensão linear, a linearidade, um funcionamento do texto caracterizado pela sucessividade contígua, subjacente à ordem, a qual assume papel decisivo para a definição da mensagem ao associar-se aos dados de representação e de interação. A linearidade, portanto, constitui um princípio abstrato que orienta o discurso, conforme sequência de elementos numa sentença, ou conforme sequência de sentenças num texto. Pode ser interpretada como o reflexo da sequência temporal, da esquerda para a direita, dos enunciados falados e das frases escritas. Todavia, não compreende apenas sequência (um discurso coerente não se representa unicamente por uma sequência de sentenças), pois, no seu curso, dispõe-se a ordem das concatenações, o que institucionaliza tanto a ordem como a linearidade como entidades do discurso, cuja efetivação visa à coerência do texto. Em função da coerência, a ordem reivindica a referência e o significado: a gramática da coerência referencial é importante para as operações mentais, ao estabelecer relação de conexão entre as informações recentes e as representações mentais existentes (cognitivo consciente e cognitivo inconsciente); e ao admitir que à ordem das formas, segue-se a ordem dos significados.

Na dimensão referencial, as relações estabelecidas entre os referentes de um texto, no nível das sentenças ou do contexto, fazem parte do seu conteúdo. Um texto coerente implica um conteúdo determinado que se acopla a uma forma (de conteúdo) (HJEMSLEV, 1975, p. 53), segundo as técnicas de coesão. Na dimensão cognitiva, o significado é dimensionado por subjetividade e interação, dando lugar à significação. Dessa maneira, as relações textuais são relações de significação, relações coesivas que existem dentro do texto e o definem como tal (HALLIDAY. in: LYONS, 1986, p. 134-137), dando lugar ao estabelecimento da ordem ou organização: as sentenças se dispõem uma após outra, linearmente, tanto no discurso oral como no escrito, estabelecendo uma hierarquia. A ordem resultante impõe

determinados princípios lógicos à linearidade, levando em conta a especificidade das línguas, para que o discurso seja coerente. Para tanto, a coerência exige que a ordem sequencial seja observada e, conseqüentemente, o discurso legitimado; e além de ser sequencial, o discurso é construtivo, no sentido de que suas unidades constituintes podem ser funcionalmente usadas, compreendidas ou analisadas como partes de um todo; e é criativo de estruturas hierárquicas quanto à forma, à significação e à interação. Na linguística cognitiva, um trecho do discurso bem construído tem a ver especialmente com a construção da significação, em que se cria e recria o simbolismo linguístico, de acordo com a efetivação dos modelos mentais existentes. Este aspecto emerge do papel do conhecimento do mundo no processamento do discurso.

No caso de um discurso patológico, oriundo de afasia sintagmática, por exemplo, no que refere à transitividade, o complemento verbal aparece em colocação anterior ao verbo: “Rosinha água quer” (elocução de afásico). O elemento lexical objetivo, antecipando a ação, assume a volição do agente, secundariza a ação e, embora altere a expressão da informação, pode efetivar a comunicação num contexto determinado, (mesmo que a ordem passe por um desvio próprio do fenômeno afásico), em que a deficiência da formulação linguística da mensagem pode ser suprida pelos elementos interacionais; outro exemplo em que a ordem é afetada pode ser observado no discurso da loucura, em que o sujeito do discurso com as habilidades de percepção e concepção alteradas perde o poder sobre seu próprio discurso, uma vez que lineariza a forma dos conceitos desordenadamente, construindo representações aleatórias.

A lógica subjacente à linearização requer um caráter de normalidade do falante e é exigência da língua falada e escrita, observável na competência linguística do falante (CHOMSKY, 1965), a qual pressupõe o domínio das estruturas profundas e da expressão linear e ordenada das estruturas de superfície, no modo previsto pelas leis combinatórias específicas de cada língua, as quais se dispõem no eixo horizontal do mecanismo das línguas (SAUSSURE, 1975),



o eixo da expressão do código, instância da sintagmática, onde (levando em conta a relação forma-função) (BOLINGER, 1977) as diferenças de forma implicam diferenças de significação, como dados da informação construída e adaptada às situações de interação. A normalidade esperada requer habilidade de categorização dos conceitos, levando em conta a associação entre o significado linguístico e a cognição, o que atribui à linguagem o papel de meio de interpretação, construção e organização do conhecimento.

Esta caracterização sequencial linear da produção textual/discursiva permite que, em todos os níveis da hierarquia linguística, as unidades do sistema possam ser analisadas em relação às precedentes, com as quais mantém relações peculiares sugeridas pelas operações cognitivas e operacionais do falante/escritor. Deve se levar em conta que a estrutura gramatical de uma língua reflete diferentes processos de conceptualização, isto é, os padrões de combinação das suas diversas estruturas resultam de processos próprios do sistema conceitual humano.

Os vários conceitos de função informativa no processo de interação verbal são definidos na explicação da estrutura sintática, através de uma série de princípios comunicativos (GIVÓN, 1979); e na referência à motivação discursiva da estrutura da sentença (HALLIDAY, 1985), com base na oposição dado-novo, tema-rema, principal conceito da perspectiva funcional da sentença, de Kuno (cf. PEZATTI, 2007, p. 170). A estrutura semântica, a ordem das palavras e da entoação são meios efetivos da perspectiva funcional da sentença.

A teoria sistêmico-funcional de Halliday (1985) faz abordagens linguísticas direcionadas especialmente para as relações semânticas e funcionais entre sentenças ou partes delas, visando à coerência e ao modo de distribuição da informação no discurso. Consiste numa teoria do significado como escolhas, segundo as quais a linguagem é interpretada como rede de opções realizáveis na interação diária, instância em que atende as necessidades do falante e em que a sua organização é funcional em relação a essas necessidades. Tudo pode ser explicado com referência ao uso e as formas são

configurações orgânicas das funções. Neste contexto, os componentes fundamentais da significação da linguagem são componentes funcionais, observáveis numa estrutura conceptual que propõe a interpretação dos textos, do sistema e das estruturas linguísticas. Com o fim de realizar esta proposta, Halliday (in: LYONS, 1986, p. 136) apresenta três funções de significação que representam diferentes tipos de fenômenos envolvidos (eventos do discurso, participantes, contexto discursivo) no discurso e realizados pelos usuários que são: a) a ideacional, (segundo CHAFE 1970, uma visão conceitual da significação) uma função de representação do mundo interior e exterior do falante, cujo sentido se manifesta na transitividade; b) a interpessoal ou ativa - uma função de interação falante/ouvinte que, além de atender as relações sociais que o falar exige, contribui para o desenvolvimento da própria personalidade; diz respeito à modalidade, que abrange as diferenças entre afirmações, perguntas e ordens e uso dos verbos modais em mensagens entendidas como atos de fala; c) a textual- que satisfaz o objetivo do autor de construir uma teoria direcionada também para a análise do texto, (não só do sistema) como unidade básica da linguagem, procurando desvelar os mecanismos de significação que o compõem. Constitui uma função interna que permite relações de coesão entre uma oração e outra e examina como as estruturas gramaticais e entoacionais das orações se relacionam umas com as outras no interior do texto, estruturado sobre orações que se organizam como mensagens e se definem como estruturas temáticas, conforme a relação dado-novo ou tema-rema (HALLIDAY, 1985, p. 157). Todavia, o propósito desse estudo não se realiza sobre a análise dessas funções, mas sobre a ordenação de escolhas de representação lexical e construcional dessas funções, levando em conta a natureza simbólica da linguagem, (de que provém a centralidade da significação), que vai além do léxico, pois, os construtos da linguística cognitiva tomam as estruturas morfológicas e sintáticas como igualmente simbólicas.

O texto é um fenômeno complexo que pode efetivar simultaneamente essas três funções, pois, como um todo semântico, compreende um grande número de usos do



léxico e de construções, explicados como realizações de padrões semânticos. Neste caso, a forma da gramática se relaciona naturalmente às significações que são codificadas no enunciado. Este é cognitivamente estruturado e simbolizado pela gramática, segundo a qual o léxico, a morfologia e a sintaxe formam um continuum de unidades simbólicas que servem para estruturar o conteúdo conceitual para fins de expressão. Isto decorre do fato de que a gramática representa o conhecimento que o falante tem das representações linguísticas. A gramática envolve a combinação sintagmática de morfemas e de expressões maiores para formar progressivamente estruturas simbólicas mais elaboradas. Estas estruturas são as chamadas construções gramaticais (LANGACKER, 1987, p. 35,82). A combinatória sintagmática é um dos tipos de relação entre os componentes de uma estrutura complexa, ao lado da simbolização e da categorização, e dá lugar às funções de correspondência na gramática. É um processo de integração de estruturas componentes do espaço semântico, fonológico ou simbólico para formar uma estrutura composta de maior tamanho num mesmo domínio. Esta integração depende de correspondências, pois a combinação sintagmática de duas estruturas semânticas depende de algum ponto de sobreposição, em virtude da base comum existente entre elas, em que duas estruturas podem ser integradas para formar uma conceptualização mais coerente e elaborada, com base em correspondências horizontais. (LANGACKER, 1987, p. 94-96).

Para entender a qualidade dos textos, toma-se a oração como mensagem, como unidade fundamental da organização da informação, portanto, da organização cognitiva, que porta a estrutura temática evidenciada através da relação tema (dado) e rema (novo). Sem o novo não haveria informação e o dado é o elemento de opção: (1) João comprou um carro lindo. Em (1), observando a ordem sequencial dos constituintes da mensagem é possível identificar João como um dado (elemento já conhecido), colocado em primeiro lugar e comprou um carro lindo como novo, a informação nova a respeito de João, colocada depois. Aqui, informação consiste num processo de elaboração da mensagem entre

o que já é conhecido ou predizível e o que é novo ou imprevisível, caracterizado pela tematicidade, o que atribui uma função textual à oração. Neste contexto teórico, predizibilidade e recuperabilidade são atribuições dependentes: se um elemento é recuperável do contexto precedente ou da situação, ele é predizível, apresenta a informação velha e constitui o dado. Caso contrário, ele é o novo. O dado/tema é a informação que o falante acredita que o ouvinte sabe e aceita como verdade; é a informação pressuposta ou a informação que o falante pressupõe que está na consciência do ouvinte, (CHAFE, 1976; CONTRERAS, 1976; CORVALAN, 1983) no momento do discurso; o novo/rema é a informação que o falante acredita que ouvinte ainda não conheça; vem por último na ordem de colocação em relação ao tema. O tema é o elemento que vem em primeira posição na oração e, numa configuração estrutural particular tomada como um todo, organiza a oração como mensagem. A construção tema-rema tem o papel de configuração da mensagem e de suporte da informação. Porém, não é a posição na oração que define o tema, mas o meio pelo qual a função do tema é percebida. Se numa dada língua, a sequência dos elementos organiza a mensagem, então é admissível que a posição para o tema seja no início, mais do que no fim da oração. No caso de inversão dos elementos que configuram a estrutura temática, a ordem pode fugir à lógica da linearização, já que a representação de um texto envolve, além dos constituintes do texto, fatores do conhecimento, que podem influenciar essa ordem segundo o nível de compatibilidade entre os seus elementos: (2)A. O leão comeu o caçador; 2B. O caçador comeu o leão. Em (2)A, há uma representação conceptual compartilhada; em (2)B, há um elemento de representação incompatível semanticamente, construindo uma informação que não se encaixa realmente no conhecimento partilhado (GIVÓN, 1979) e em que a estrutura temática não releva da perspectiva funcional, mas poderia construir um traço estilístico, num determinado contexto; no humor, por exemplo.

Segundo Langacker (1987, p. 12; 62), a linguagem é uma parte da cognição, cuja descrição deve ser articulada com o processamento linguístico em geral e a



gramática de uma língua é uma caracterização da convenção linguística estabilizada, o que implica que alguma coisa é reconhecidamente compartilhada. As unidades semânticas se caracterizam em relação aos domínios cognitivos e o espaço semântico é um aspecto da organização cognitiva humana; daí a estrutura semântica ser caracterizada como uma configuração do espaço semântico. A estrutura semântica é uma conceptualização adaptada às especificações da convenção linguística, de modo que a compreensão de um texto/discurso envolve a construção de uma representação mental coerente das situações descritas no texto. (2)B reflete uma percepção não-canônica da representação mental não-convencional.

No caso seguinte, a ordem sequencial das palavras da oração atende a informação: (3)A- O caçador matou o leão; (3)B- O leão matou o caçador. Nas duas estruturas (A e B), a ação é compatível com o agente, sendo que em (3)A, a informação é do resultado de uma caça e em (3)B, a informação é de um acidente, provenientes de dois frames distintos e constituem diferentes dimensões conceptuais e linguísticas do discurso. A linguística cognitiva oferece uma concepção esquemática das relações gramaticais, a qual independe de formas específicas e é bastante comum entre categorias gramaticais e processos cognitivos.

Há certos padrões linguísticos relacionados à idéia de fazer referência a determinados conceitos culturais. Na língua portuguesa, o adjetivo não tem colocação fixa, pode vir antes ou depois do substantivo. Acontece que, às vezes, a ocorrência antes do substantivo tem um efeito de relevância na predicação do substantivo. Às diferenças de construção da ordem, muitas vezes, acrescentam-se efeitos de significação: (4) A - mulher boa, boa mulher; (4)B- homem grande, grande homem. Geralmente, o adjetivo vem depois do substantivo; no caso de vir antes, pode atribuir uma nova significação à combinatória; porém, como a representação é estabelecida na linguagem em uso, temos casos divergentes: o adjetivo anteposto de boa mulher porta o significado lexical referente ao atributo de qualidades morais; o que também ocorre com grande

homem, cuja anteposição adjetival constrói uma significação nova, nocional, resultante da integração de traços conceituais. O mesmo acontece com a posposição, em que mulher boa porta um novo efeito de significação, significando uma mulher bem dotada fisicamente; homem grande, um homem de grande estatura; ambos se enquadram numa categoria de atributo do aspecto físico. Sob o ponto de vista da linguística cognitiva, a gramática de uma língua representa o conhecimento que o falante tem das convenções linguísticas e do seu uso adequado. A formulação de conceitos exige palavras e construções para serem formulados e a combinação de conceitos e palavras funciona como um instrumento para realizar um ato de comunicação dirigido a um destinatário.

Assim como ocorre com as palavras, a ordem das orações ou frases não é aleatória, em função da significação coerente do enunciado e, em consequência, cada oração pode ter várias funções em relação às outras, no discurso. As unidades simbólicas fornecem os meios para expressar as ideias na forma linguística e os padrões gramaticais são analisados como unidades simbólicas esquemáticas que diferem das demais estruturas simbólicas, em especificidade. A conexividade, por exemplo, na ordem do relacionamento semântico entre as proposições, nada mais é do que uma peculiaridade da coerência, circunstanciando um determinado evento, uma ocorrência cognitiva de algum grau de complexidade, em que o fluxo de eventos constroi a experiência mental: (5) “De volta para casa, Dutch Dooley resolve buscar o filho da sua namorada, que está num colégio interno em Atlanta, para passar o feriado de Ação de Graças em casa, porque acredita que a viagem será uma boa oportunidade, para ambos se conhecerem”. (CEREJA & MAGALHÃES, 1998, p. 62). Em (5), os conectivos são usados para tornarem coesas as unidades de conteúdo, determinando três informações circunstantes e um atributo da informação inicial. Há certos padrões linguísticos relacionados à ideia de fazer referência ao que foi dito antes, juntando ou disjuntando o que foi dito, como um meio



de tomar o início na parte seguinte, estabelecendo a coesão dos parágrafos e dos seus elementos internos. O uso de conjunções (para, porque), de determinado tipo de predicação (que está num colégio interno em Atlanta) e a pronominalização (estabelecendo referências e conexões) têm o efeito de atar as partes do discurso umas às outras e estabelecer a ordem das ideias. A conexão linear entre os elementos numa sequência constroi a estrutura semântica local que provém do princípio da interpretação local, (van DIJK, 1977) isto é, da interpretação relevante e razoável de uma expressão, por parte do ouvinte, num ponto específico de uma elocução, utilizando o contexto adequado e imediato. A coesão e a coerência são local e globalmente estruturadas, desde que se baseiam em relações locais, estabelecidas por relações de coesão entre orações adjacentes do texto e por relações globais, estabelecidas entre grupos de orações.

O modo com que os falantes categorizam eventos relacionados, expressando-os mediante escolha de um conectivo em lugar de outro, consiste num ato de categorização que revela os modos de pensar dos usuários da linguagem, pois a significação e uso desses conectivos podem ser explicados em termos de domínios de uso ou diferentes fontes de coerência (SWEETSER, 1990; VAN DIJK, 1977). A coerência relacional consiste num tipo fundamental de coerência, segundo a qual os falantes conectam segmentos do discurso por inferir algum tipo de relação que seja causal, contrastiva, etc. São relações semânticas que conectam eventos do mundo, pois o conhecimento de que dispomos permite relacionar os segmentos como coerentes no mundo.

No mesmo sentido, a interpretação local e a analogia (BROWN & YULE, 1985, p. 58-65) são dois princípios que ajudam o ouvinte a interpretar relevantemente uma expressão num dado contexto e formam a base da suposição de coerência de nossa experiência de vida em geral, portanto da nossa experiência no discurso. Pela analogia, supõe-se que as coisas tenderão a ser como eram antes, considerando-se que a expectativa normal na construção e interpretação do discurso é aquela que a relevância assegura, ou seja, a de que o discurso seja coerente.

Os ouvintes/leitores naturalmente supõem que a coerência e a interpretação do discurso/texto ocorrem com base nesta suposição. A experiência mental tende a ser coerente em virtude da estrutura coerente que o falante constroi e lhe relaciona, estabelecendo uma correspondência.

Em (6), “O humor, numa concepção mais exigente, não é apenas a arte de fazer rir. Isso é comicidade, ou qualquer outro nome que escolha” (Ziraldó, in CEREJA & MAGALHÃES, 1998, p. 39), a dêixis anafórica substitui o rema do primeiro enunciado e assume o tema do segundo com fins de progressão, ou seja, de dar continuidade ao fluxo do discurso, por meio de uma correferência pós-colocada. A coerência referencial desempenha uma função importante nas operações mentais, conectando a informação recente à representação mental já existente. Aqui o referente, tópico, persiste na representação mental do discurso subsequente.

Pode acontecer a antecipação da correferência, como em: (7) “Ela estava com soluço. E como se não bastasse a claridade das duas horas, ela era ruiva... A menina abriu os olhos pasmada”. (CLARISSE LISPECTOR, 1976, p. 113). Neste caso, a inversão da ordem visa à criação de um frame (GOFFMAN, 1974) de suspense quanto à identificação do personagem, caracterizando um determinado contexto. Convém lembrar que a identificação da mensagem embasada na interpretação da significação exige referência ao contexto e que, estabelecido o co-texto inicial, pode-se determinar o contexto em que o ouvinte compreenderá o que vem a seguir. É possível ao falante/ouvinte suprir os elementos que faltam no contexto, utilizando os elementos que subsistem no texto. No caso da produção, o que o falante enuncia é função do que já percebeu na mensagem de outrem e daquilo que ele próprio já disse. O contexto designa tudo que é dado com o texto, ajuda a produzi-lo e a apreendê-lo e o seu emprego implica sempre a ideia de significação. Num contexto específico, o background relevante do co-texto precedente processa a compreensão de alguma entrada verbal, no caso, a menina.

Pode acontecer também que a mesma sequência de palavras tenha valor diferente, se usada em contextos diferentes. Note-se a construção de um novo contexto, pela



neutralização do suspense, estabelecendo outra ordem na experiência mental: (8) A menina abriu os olhos pasmada. Ela estava com soluço. E como se não bastasse a claridade das duas horas, ela era ruiva (adaptação). Neste contexto, o frame se desenrola dentro de uma perspectiva normal de uma sequência de espaços mentais que se inicia com o elemento humano, centro dos dados da representação descritiva, considerando que a compreensão do discurso envolve a construção de uma representação mental coerente das situações nele descritas. A coerência é marcada por relações representacionais que não se encontram exclusivamente dentro do discurso, mas na representação mental dos falantes, segundo os processos de integração conceptual entre ruiva e claridade.

Segundo Combettes (1988), nas línguas indo-européias, a ordem das palavras desempenha um papel fundamental no estabelecimento do dinamismo comunicativo (GIVÓN, 1979; FIRBAS, 1974, cit. PEZATTI, 2007, p. 178), porque faculta a distribuição da informação por todo o discurso. Em determinadas colocações, o dinamismo comunicativo é assumido pelo constituinte na ordem sequencial das expressões. O definido, por exemplo, indica uma função temática, enquanto que o indefinido é essencialmente remático: (9)A- Um publicitário entra em crise com a profissão e é internado num sanatório; (9)B- O publicitário entra em crise com a profissão e é internado no sanatório. Em (9)A, supõe-se que a identificação das entidades publicitário e sanatório não seja conhecida, daí a indefinidade e ausência de contexto específico. Que publicitário? Que sanatório? Em (9)B, as entidades são definidas, o contexto delimitado e a concepção da realidade estruturada na construção gramatical. A realidade, aqui, não se restringe ao mundo físico, mas compreende também o reconhecimento que uma pessoa faz da sua própria atividade mental, inclusive da sua concepção da realidade. A concepção que uma pessoa faz da realidade consiste num mundo conceptual construído a partir da experiência conectada periféricamente através de sequências complexas de operações mentais. Por meio do definido, o falante expressa o fato com a pressuposição de que o ouvinte vai identificar o referente específico.

Segundo Epstein, (2002) a função básica do artigo é indicar a acessibilidade a um referente do discurso, mais especificamente, a disponibilidade de um caminho de acesso a uma configuração de espaços mentais ou domínios cognitivos. Os falantes empregam o artigo para construir referentes do discurso sob vários aspectos conceituais e para guiar os ouvintes no sentido de estabelecer espaços mentais e conexões apropriadas entre os elementos naqueles espaços. Lyons (1977), admite que o artigo não serve só para distinguir referentes, mas também para distinguir entidades do discurso, atribuindo proeminência a entidades e indicando troca de ponto de vista. É um marcador de acessibilidade, uma pista para identificar os domínios dentro do discurso, a relação entre eles e o status dos referentes dentro desses domínios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a teoria funcionalista quanto a linguística cognitiva propõem uma abordagem baseada no uso. Alguns funcionalistas adotaram uma perspectiva cognitiva, como Chafe (1994), Givón (1979) e Wierzbicka (1992). Ambas as teorias visam à explicação da construção da significação, trilhando caminhos paralelos: a teoria funcionalista verifica como a linguagem funciona externamente na comunicação; a teoria cognitiva investiga como os humanos conceptualizam e entendem o mundo e procura explicar o conhecimento conceptual através da análise dos padrões sistemáticos da estrutura linguística. As duas teorias se combinam com o fim de descrever a linguagem como um sistema cognitivo para a comunicação (NUYTS, 2005; GIBBS, 2008). “Articular a natureza dinâmica da estrutura gramatical e conceptual leva-nos inexoravelmente à dinâmica do discurso e da interação social”. (LANGACKER, 1987, p. 376).

A linearidade linguística é sequencial em sua forma. A ordem sequencial ocorre na forma linear, participa da organização do conteúdo da representação discursivo-textual e apresenta uma função cooperativa com a atividade conceptual. Consiste num dos meios pelos quais o falante organiza o conteúdo proposicional, para comunicar efetivamente uma mensagem, contribuindo com a forma e



a significação da representação discursiva, ao associar-se às categorias de construção linguística, ao léxico e à gramática e, com eles, ajustar-se aos diversos contextos de uso. A linearidade capta da ordem os princípios lógicos da representação conceptual que a linguagem faz do mundo. Ela marca a direcionalidade espaço-temporal do texto/discurso.

É possível, nos dados de representação das funções apresentadas pela linguística sistêmico-funcional, verificar o cumprimento da ordem sequencial das informações na construção sintática do discurso. Da análise de alguns dados, exemplos mostram que significações diferentes podem resultar da combinação dos mesmos elementos lexicais combinados em ordens diferentes, em orações como padrões de representação de processo, de informação e de experiência. Isso atribui à ordem sequencial um papel cognitivo na discursividade, uma estratégia de “referenciação como um ato de construção criativo” (MARCUSCHI, 2007, p. 79).

Supõe-se um paralelismo entre a ordem sequencial da representação linguística dos objetos e a ordem de percepção das ações ou fatos sugeridos cognitivamente por esses objetos, o que caracteriza essas duas ordens como formantes da representação semântica e conceptual, respectivamente. A sobreposição destas duas ordens constitui o ponto de partida para um empreendimento descritivo das bases cognitivas das categorias funcionais, uma vez que as expressões linguísticas evocam os componentes conceptuais e a estrutura das conceptualizações complexas. Uma expressão significativa evoca um conjunto de domínios cognitivos e impõe um certo “construal” ao seu conteúdo. Langacker (1997, p. 243) afirma que “a gramática reside primeiramente em padrões do “construal” do conteúdo conceptual e na simbolização desses “construals”. A significação das expressões linguísticas depende da conceptualização, que não existe por si; depende grandemente dos seus conceptualizadores e constitui uma função do conteúdo conceptual que ela evoca e de como

esse conteúdo é construído para propósitos comunicativos. O nível semântico, portanto, tem implicações cognitivas geradas num esquema de expectativas.

Uma teoria cognitiva da interação funcional apela para motivações cognitivas em suas explicações, as quais constituem o cognitivo racional, (TOLIM, 1997, p. 164), segundo o que “as gramáticas são organizadas quanto descritas para submeterem-se aos condicionamentos impostos pela arquitetura cognitiva ou neurológica ou para fazer o processamento da linguagem (em qualquer nível: discurso, sentença, etc.) mais simples ou mais eficiente”. Procura descrever o mapeamento entre uma forma linguística e alguma noção semântica ou pragmática, como também as bases cognitivas das categorias funcionais.

Robinson (1997) considera as estruturas linguísticas e conceptuais, vistas sob as perspectivas do funcionalismo ou do cognitivismo, como questões de representação mental. Partindo do mesmo pressuposto, Jackendoff (cit. ROBINSON, 1997, p. 253) situa o nível conceptual da linguagem, ao lado do fonético, do sintático e do semântico como sendo o nível principal de representação afirmando que é “um único nível de representação mental... em que a informação linguística e sensorio-motriz são compatíveis”. Seguindo esta sequência metodológica, certamente o estudo chegaria à fronteira linguagem/cognição e, conseqüentemente, a uma descrição do sistema cognitivo, não pretendida neste trabalho.

A linguagem constitui um universal humano, cuja essencialidade manifestada na fala a distingue, com pertinência, de outras formas de representação. Na linearidade, a ordem seqüencial ultrapassa a expressão e simboliza manifestações racionais da mente discursiva, da construção lógica dos pensamentos como consciência do existir, o que impulsiona a linguagem a servir a (inter)ação, cujas operações subsumem a experiência cognitiva da comunidade linguística.



LINEARITY AND SEQUENTIAL ORDER AS REPRESENTATION DEVICES

ABSTRACT:

This article analyses some aspects of discourse/text linearity chiefly of sequential order to verify how these two elements function as form and organization devices of discourse representation content considering the language-conceptualization relation focusing on the cognitive basis of functional categories.

Keywords: *linearity – order – representation.*

Artigo submetido para publicação em: 18/05/2010

Aceito em: 20/10/2010

REFERÊNCIAS:

- BILLMAN, Dorrit (1999). Representation. In: Bechtel, William & Graham, George . **A companion to cognitive science**. London: Blackwell.
- BOLINGER, Dwight (1977). **Meaning and form**. London: Longman.
- BROWN, Gillian & YULE, George (1983). **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.
- CEREJA, William R. & MAGALHÃES, Teresa Cochar. (1998). **Português:Linguagens**. São Paulo: Atual.
- CHAFFE, Wallace L. (1979). The Flow of thought and the flow of language. In. Givón, Talmy. (ed) **Syntax and semantics**. Vol.12. New York: Academic Press.
- CHOMSKY, Noam (1965). **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado.
- COMBETTES, B. (1988). **Pour une grammaire textuelle**. Paris: De Boeck-Ducolot.
- CUMMINS, Robert (1993). Representation. In Dance, Jonathan & Sosa, Ernest . **A companion to epistemology**. London: Blackwell.
- EPSTEIN, Richard (2002). The definite article, accessibility, and the constructions of discourse referents. In: **Cognitive Linguistics**. Vol.12. nº 4, Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- GIVÓN, Talmy (1979). From discourse to syntax.Grammar as a processing strategy. In: Givón, Talmy (ed.) **Syntax and semantics**. vol.12. New York: Academic Press.
- GOFFMAN, Erving. (1974). **Frame Analysis**. Massachussets: Harvard University Press.
- HALLIDAY, M.A.K. (1985). **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold.
- _____.(1986). Estrutura e função da linguagem. In: Lyons, John. **Novos Horizontes em Linguística**, São Paulo: Cultrix.
- HJEMSLEV, Louis. (1975). **El lengaje**. Madrid: Gredos.
- _____. (1975). **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**. São Paulo: Perspectiva .
- LANGACKER, Ronald W. (1987). **Foundations of cognitive grammar**.Vol I. Stanford: Stanford University Press.
- _____. (1997). The contextual basis of cognitive semantics. In Jan Nuyts & Eric Pederson (eds.). **Language and conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- LYONS, John. (1986). **Novos horizontes em linguística**. São Paulo: Cultrix.
- MARCUSCHI, Luis Antonio (2007). **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna.
- NUYTS, Jan. (2005). Brother in arms? On relations between cognitive and functional linguistics. In: Mendonza, Francisco Ruiz de et al. (eds.). **Cognitive linguistics. Internal dynamics and interdisciplinary interaction**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- PEDERSON, Eric & NUYTS, Jan. (1997). Overview: on the relationship between language and conceptualization. In. _____. (eds.) **Language and conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- PALMER, F.R. (1978) **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press.



- PEZATTI, Erotildes. (2007). O funcionalismo em linguística. In Mussalin, Fernanda e Bentes, Anna C. **Introdução à linguística. Fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez.
- ROBINSON, Edward A. (1997). The cognitive foundations of pragmatic principles: implications for theories of linguistic and cognitive representation. In Nuyts, Jan & Pederson, Eric. **Language and conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHWARTZ, Robert. (1995). Representation. In Guttenplan, Samuel. **A companion to the philosophy of mind**. London: Blackwell.
- SWEETSER, Eve. (1997). Role and individual interpretations of change predicate. In: Nuyts, Jan & Pederson, Eric. **Language and conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- TOLIM, Russel S. (1997). Mapping conceptual representations into linguistic representations: the role of attention in grammar. In Nuyts, Jan & Pederson, Eric (eds). **Language and conceptualization**. Cambridge: Cambridge University Press.
- VAN DICK, Teun A. (1977) **Text and context**. New York: Longman.